
ANTÓNIO SOUSA RIBEIRO

MARIA IRENE RAMALHO

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

Dos estudos literários aos estudos culturais?

61

Percorrem-se sucintamente alguns aspectos da crise dos estudos literários e da (auto)definição dos estudos culturais. Depois de algumas observações críticas sobre a relação entre os dois campos, rejeita-se uma absolutização simplista dos estudos culturais, concluindo-se que uma perspectiva genuína-

mente transdisciplinar ou pós-disciplinar deve antes basear-se num modelo cooperativo, assente no repensar radical das tradições disciplinares e na desestabilização das categorias que as informam, mas capaz, ao mesmo tempo, de reflectir a especificidade das práticas que toma por objecto.

Afirmar que os estudos literários estão em crise dificilmente poderá surgir como novidade. Afinal, trata-se de um diagnóstico há muito estabelecido, e as publicações sobre o tema nas mais diferentes línguas constituem hoje um *corpus* praticamente inabarcável. Divergências have-las-á quando muito a respeito da genealogia dessa «crise». Para alguns, ela é antiga e coincide, pelo menos em parte, com a própria institucionalização disciplinar dos estudos literários¹; para outros, ela é mais recente e está associada à dinâmica de deriva subsequente ao esgotamento dos paradigmas formalistas, que tinham conferido uma aparente solidez a este campo disciplinar e de que a vaga estruturalista dos anos sessenta foi o canto de cisne²; para outros ainda, a «crise» não representa senão a outra face da consubstancial auto-reflexividade dos estudos literários (Fohrmann, 1995), exprime a precariedade sempre instável dos seus conceitos centrais e traz, assim, no fim de contas, uma marca funda-

1. A crise dos estudos literários

¹ Para o caso alemão, veja-se, entre outros, Wegmann, 1991.

² Para uma análise deste problema nos Estados Unidos nos meados dos anos setenta, com referência explícita à falta de «interacção» entre as «humanidades literárias» e a «sociedade em geral», veja-se Hartman, 1979.

62

mentalmente positiva, ao assinalar a irredutibilidade do literário a esquemas conceptuais pré-definidos³. Seja como for, concluiremos nós, não poderá deixar de ser consensual a verificação de que a configuração presente dessa crise é inseparável do actual contexto de transição paradigmática, em que as Humanidades e as Ciências Sociais se têm visto forçadas a redefinir as suas identidades disciplinares e a repensar a sua posição no quadro geral do conhecimento. E, assim, embora, a um primeiro olhar, as questões possam ainda parecer as mesmas, a verdade é que o contexto em que elas têm de formular-se é substancialmente diferente e obriga a uma reflexão necessariamente global – as soluções, a havê-las, têm de ser buscadas através de um decisivo esforço de abertura e de descentramento e não admira, pois, que o problema da definição e redefinição das fronteiras tenha vindo a adquirir tanta relevância.

A verdade é que a reflexão epistemológica a que esse contexto em transformação obriga o campo dos estudos literários representa para este uma relativa novidade e tem que lutar, muitas vezes ingloriamente, contra uma tradição disciplinar marcada por considerável inércia nesse domínio. De facto, há que reconhecê-lo, apesar do contexto de crise permanente, essa reflexão não foi, durante muito tempo, o forte dos estudos literários, atraídos, por um lado, por um senso comum em que a aparente naturalidade do seu objecto surgia autolegitimada por uma ideologia cultural e consagrada por um conceito estabelecido de cânone ou, na vertente oposta, fascinados pela postulada singularidade radical do seu objecto.

As filologias oitocentistas nasceram com a missão perfeitamente explícita de fundamentação de mitologias culturais directamente instrumentalizáveis pela ideia de nação inventada pelas várias burguesias que, melhor ou pior, iam redeseenhando os diferentes estados à medida dos seus interesses. Assim, a tradição humanista de uma cultura letrada era posta ao serviço de um projecto educativo aparentemente consensual. E assim a instituição dos estudos literários como disciplina nascia marcada por um indelével trauma nacionalista, mais patentemente visível em países como a Alemanha, pela funesta associação à lógica de uma política agressivamente

³ «A crise de legitimação que, sobretudo depois de 70, se vem tornando patente afinal sempre existiu, sendo uma condição estrutural da própria literatura. Ocultava-se porém sob discursos legitimadores assentes na naturalidade de fundamentos inquestionáveis [...]» (Lopes, 1994: 483).

chauvinista cujas consequências são conhecidas, mas igualmente bem saliente na generalidade dos outros contextos nacionais.

Por seu lado, o paradigma formalista, que reivindicava a definição rigorosa de um método e de um objecto e, assim, procurava uma fundamentação científica para os estudos literários enquanto campo perfeitamente delimitado, manifestava, na ânsia de reconduzir a literatura para o interior de si própria, uma desconfiança de princípio perante todas as ideologias. A reivindicação de cientificidade fundava-se no postulado de uma diferença radical que não escondia a sua filiação numa noção de autonomia neokantiana. Se bem que, como é especialmente patente no contexto do Formalismo Russo, à metáfora romântica de organismo se substituisse agora, privilegiadamente, a metáfora do mecanismo ou do sistema (Steiner, 1984: 44-137), era ainda aquele postulado de singularidade que se mantinha intocado, como aprenderam sucessivas gerações de estudantes por esse mundo fora na *Teoria da literatura* (1949) de René Wellek e Austin Warren. Daqui resultava uma atitude, no fundo, essencialmente defensiva: o *pathos* científico dos formalistas russos era ele próprio um sintoma de crise, traduzida na obstinada definição do seu objecto através de uma marca de diferença que, apesar de todo o fôlego polémico e crítico e do carácter em vários aspectos pioneiro das contribuições da corrente, inevitavelmente elidia toda a noção de prática social e operava uma redução da complexidade cujo sentido surge como claramente problemático. Tudo isto se aplicando, por maioria de razão a outras correntes, como o «new criticism» ou as escolas imanentistas alemãs, que partilham, genericamente, postulados análogos – e nas quais o princípio formalista da especificação surge ainda mais claramente reduzido à defesa de um estatuto ontológico para o «texto literário».

Foi, no fundamental, a partir de finais dos anos sessenta que a noção de crise e a conseqüente busca de novas soluções se tornou omnipresente, num processo estreitamente associado à crise das universidades e ao efeito de abertura suscitado pelo impacto violento dos movimentos estudantis sobre práticas institucionais e tradições científicas até aí fechadas sobre si próprias. Ao mesmo tempo, tornava-se ineludível a erosão total da posição de privilégio de uma cultura literária, definitivamente posta em causa pela revolução dos *media* e pela imparável ascensão de uma cultura de massas, associadas a um conjunto complexo de mutações sociais que

vinham confrontar a literatura e os estudos literários com uma necessidade de legitimação cada vez mais aguda. Acrescente-se a transformação das universidades e, em particular, das Faculdades de Letras, em instituições cada vez mais pressionadas pelas exigências de um ensino «profissionalizante» – e cada vez mais permeáveis a essas exigências – e teremos completo um quadro em que os estudos literários surgiam crescentemente como disciplina sumptuária e, enquanto tal, carente de intrínseca justificação⁴.

Foram várias, como é bem sabido, as tentativas de reorientação mais ou menos largamente ensaiadas. Algumas mais interiores à lógica do campo, como é o caso das propostas tendentes a reforçar o peso da literatura comparada, nas quais (tal como, paralelamente, em propostas como as da estética da recepção) são muitas vezes patentes as dificuldades para superar os limites do paradigma filológico⁵ e para instituir uma perspectiva não apenas internacional, mas verdadeiramente transnacional⁶. Outras, por seu lado, empenhadas em descentrar (e recentrar) essa lógica recorrendo a perspectivas exteriores à disciplina, como a filosófica, a sociológica ou a antropológica⁷.

O *boom* da teoria a partir dos anos sessenta exprimia a procura de caminhos para uma auto-reflexão que os estudos literários só tardiamente se dispunham a empreender. Na

⁴ O Grupo de Estudos Anglo-Americanos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra cedo tomou posição contra esta tendência. Veja-se «A relevância de Shakespeare para 'this is a door'» (*Boletim do GEAA*, 1, Coimbra, 1983). Cf. ainda Santos *et al.*, 1983. Mais recentemente, veja-se Álvares/Diogo (1997), um ensaio que nem pelas variadas objeções que suscita deixa de constituir de alguma maneira uma pedrada no charco de alguns consensos entre nós progressivamente instalados.

⁵ Para uma síntese geral, acompanhada da proposta do modelo alternativo de uma comparatística sócio-semiótica inspirada por uma teoria crítica, cf. Zima, 1992.

⁶ Para algumas sucintas observações críticas neste sentido sobre as propostas da «Germanística intercultural», veja-se Ribeiro, 1996: 923-924.

⁷ A perspectiva antropológica surge hoje como particularmente influente, depois do refluxo do paradigma sociológico. Na sua marcante reflexão sobre o futuro das «ciências humanas», Frühwald *et al.* apontam a «antropologização do saber» como o caminho para uma reorientação transdisciplinar (Frühwald, 1991: 70 e *passim*). Para uma perspectiva da «antropologização» dos estudos literários, cf. Bachmann-Medick, 1996. Também aqui a ligação anglo-saxónica é decisiva, por via dos contributos da «cultural anthropology», como bem mostra a recepção no espaço europeu de um Clifford Geertz ou de um James Clifford. O viés antropológico é, naturalmente, decisivo para a definição de cultura como um modo de vida subjacente ao modelo dos *cultural studies* — muito embora este modelo mantenha igualmente presente a concepção mais restrita de cultura como um conjunto específico de práticas (Grossberg *et al.*, 1992: 5) e muito embora a relação da antropologia com os estudos culturais não seja de todo pacífica (Dominguez, 1996).

acepção mais simples, como escreve Antoine Compagnon, «há teoria quando as premissas do discurso comum sobre a literatura não são já aceites como evidentes, quando são interrogadas, expostas como construções históricas, como convenções» (1998: 16). A teoria, na sugestiva formulação deste autor, representa, antes de mais, uma «escola de desemburramento» (*ibid.*: 22). Enquanto tal, mais do que fornecer uma metalinguagem unificada ou do que propor uma sistemática homogénea, cabe-lhe, em primeira linha, abrir e manter aberto um espaço reflexivo e auto-reflexivo, funcionando, de alguma maneira, como uma permanente «má consciência» crítica. Ora, a verdade é que a teoria literária não chegou nunca a estabelecer-se verdadeiramente como disciplina – o que, no fim de contas, seria contraditório com as suas próprias premissas⁸ –, mas também não conseguiu abalar decisivamente as rotinas disciplinares instaladas. De facto, continua a ser patente nas práticas académicas correntes como, as mais das vezes, a teoria é considerada fundamentalmente na vertente da aplicação, alimentando uma concepção instrumental que a reduz a simples método ou, no limite, a mera técnica pedagógica e deixando, inevitavelmente, pelo caminho uma noção de reflexão teórica como «escola de ironia» (Compagnon, 1998: 24), a única susceptível de satisfazer ao pressuposto de um pensamento crítico⁹.

O impulso crítico, exigido pela interrogação sobre a «relevância social» das Humanidades que percorre o panorama universitário a partir dos fins da década de sessenta, se é certo que se alimentou de contributos que percorrem transversalmente vários campos disciplinares – basta pensar no papel de Roland Barthes em França ou, na Alemanha, da Escola de Frankfurt – pareceu, de qualquer modo, durante

⁸ É bem verdade que «a teoria é como o estrume: só é boa quando espalhada» (Álvares/Diogo, 1997: 59) — o que coincide inteiramente com a insistência dos *cultural studies* em que a teoria deve ser pensada, «não como um cânone, mas como um recurso estratégico» (Grossberg, 1997). Por outro lado, a resistência à teoria — num sentido, evidentemente, bem diferente do da obra clássica de Paul de Man — constitui também um aspecto problemático de muitos sectores dos *cultural studies*, apologistas de um «regresso ao concreto» recheado de ambiguidades.

⁹ O diagnóstico de Frühwald *et al.* para o conjunto das ciências humanas, apontando para o enquistamento das diferentes disciplinas num senso comum pós-crítico, coincide com o acima traçado: «O saber orientador ('Orientierungswissen') original, feito de perguntas e respostas, dissolveu-se num simples saber instrumental ('Verfügungswissen'), que já não é capaz de fundamentar uma acção esclarecida nem de conseguir a conjunção entre os que sabem e os que agem.» (1991: 68).

um certo espaço de tempo, encontrar nas ciências sociais o protagonista predestinado. Enquanto «terceira cultura» (Lepenies, 1985), a sociologia parecia, com efeito, oferecer uma das mais promissoras perspectivas para a ancoragem de uma área disciplinar em estado de insegurança permanente. Tanto mais que surgia, explícita ou explicitamente, como perspectiva mediadora, na qualidade de «disciplina hesitante, que, por motivos sistemáticos, oscila entre uma formulação hermenêutico-literária e uma formulação cientista dos seus pressupostos fundamentais» (Lepenies, 1992: 77). A noção da superioridade incontestada do olhar sociológico tinha, no entanto, de se ver posta em causa no momento em que as ciências sociais vão encontrar-se igualmente confrontadas com o imperativo da desconstrução das suas premissas (Wallerstein, 1991; Santos, 1995). É sabido como a viragem para um conceito mais ou menos difuso de cultura constituiu, nos anos oitenta e, sobretudo, noventa, uma das vias de saída para uma sociologia posta perante a erosão dos conceitos – a começar pelo próprio conceito de «sociedade» – em que baseava a sua identidade disciplinar e disposta, contra a presunção cientista, a oscilar de novo no sentido de uma vocação interpretativa. É assim que as Ciências Sociais e as Humanidades vêm a encontrar-se – de certo modo, «fora de si próprias» – na florescente área dos estudos culturais, que se afirma agora como dominante e se apresenta como a solução triunfante da crise paradigmática¹⁰. É justamente por isto que, no presente momento, uma reflexão sobre o estado actual dos estudos literários e a sua fundamentação crítica terá, inevitavelmente, de passar, por uma abordagem da sua problemática relação com os estudos culturais.

2. O paradigma dos *cultural studies*

A trajectória dos *cultural studies* é, em si mesma, um objecto sumamente interessante para uma reflexão sobre a transmigração das teorias e sobre a relação entre o local e o global. De facto, nos seus primórdios britânicos¹¹, eles come-

¹⁰ Sobre alguns aspectos do percurso da sociologia para os estudos culturais, pode ver-se Long, 1997. Ao longo do presente texto, utilizamos a expressão «estudos culturais» como tradução de *cultural studies*, e, portanto, na específica acepção, que adiante abordamos, associada ao contexto próprio dessa fórmula.

¹¹ As «Kulturwissenschaften» do contexto alemão (embora, como na generalidade dos países, hoje muito influenciadas pelo modelo anglo-saxónico)

çam por traduzir a preocupação com a definição de «subculturas» juvenis e operárias e com a formulação de currículos alternativos aptos à formação de adultos e capazes também de ter em consideração as práticas culturais quotidianas das camadas sociais que, nos anos sessenta, batem, pela primeira vez, maciçamente às portas do ensino superior. Decisiva no percurso da formalização do conceito de estudos culturais, associado a nomes tutelares como os de Raymond Williams e de E. P. Thompson, foi a fundação do University of Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies em 1963/64, por Richard Hoggart e Stuart Hall¹². Nesta fase, de decidida inspiração marxista – se bem que numa perspectiva muito crítica, em que sobressai a marca gramsciana (Hall, 1992: 279-282), afirma-se um modelo que não estava longe dos postulados da Escola de Frankfurt, nomeadamente na crítica, bem patente numa obra como *The Uses of Literacy*, de R. Hoggart (1957), aos efeitos dissolventes da cultura de massas sobre a tradição de uma cultura operária de classe¹³. Não deixa de ser irónica tal proximidade inicial, tendo em vista a posterior inflexão «populista» (Sprinker, 1997: 385), que vai levar os estudos culturais a suspender toda a noção de valor e a privilegiar justamente como objecto não apenas as práticas culturais abrangidas pelo conceito de «cultura de massas»¹⁴, mas também, virtualmente, tudo o que, de longe ou de perto, possa ser associado a um conceito de «cultura» infinitamente elástico. Essa inflexão acompanha a trajectória fulminante dos estudos culturais no panorama universitário

67

têm uma genealogia e um percurso bastante específicos, que, no essencial, somos aqui forçados a deixar de lado. O mesmo pode dizer-se em relação às «sciences de l'homme» da tradição universitária francesa.

¹² Para uma visão da trajectória dos *cultural studies* que, ao arripio da narrativa corrente, relativiza o papel do centro de Birmingham, cf. Wright, 1998.

¹³ «Tal como a Escola de Frankfurt, os estudos culturais britânicos observaram a integração da classe operária e o declínio da sua consciência revolucionária e estudaram as consequências desta catástrofe para o projecto marxista de revolução. Tal como a Escola de Frankfurt, os estudos culturais britânicos chegaram à conclusão de que a cultura de massas estava a desempenhar um papel importante na integração da classe operária nas sociedades capitalistas existentes e que uma nova cultura de consumo e dos *media* estava a gerar uma nova forma de hegemonia capitalista.» (Kellner, 1999).

¹⁴ Convém, apesar de tudo, lembrar — a intransigência da crítica de Adorno/Horkheimer à «indústria da cultura» na *Dialektik der Aufklärung* faz quase sempre esquecer isto — que a Escola de Frankfurt foi em vários aspectos pioneira na investigação de fenómenos da comunicação e cultura de massas, como provam os estudos de Adorno sobre música, no quadro da sua colaboração nos finais dos anos trinta no «Princeton Radio Research Project», o projecto sobre a comunicação de massas dirigido por Paul Lazarsfeld (Wiggershaus, 1986: 266-276), ou ainda, entre outros, os trabalhos de Leo Löwenthal sobre a literatura de consumo.

norte-americano: a posição fundamentalmente marginal que ocupam no contexto britânico dá aqui lugar a uma dinâmica de institucionalização que, em relativamente pouco tempo, lhes permitiu assegurar um lugar, quando não dominante, pelo menos muito influente, em muitos departamentos universitários¹⁵.

O processo de institucionalização dos estudos culturais não significa, porém, que eles tenham atingido um estatuto definido e repousem sobre um conjunto de referências estáveis. De facto, «a palavra crise surge com alarmante regularidade nos discursos dos estudos culturais», como lembrava Angela McRobbie no rescaldo da grande conferência de 1990 na Universidade de Illinois (1992: 719) e como continua a verificar-se hoje. É por isso que as tentativas de definição se revelam particularmente difíceis, já que se trata, por um lado, de abordar um campo cuja característica marcante é a diversidade tanto quanto a métodos como a objectos, mas, ao mesmo tempo, de delimitar esse campo aberto de uma forma que preclua um simples pluralismo sem princípios (Hall, 1992: 278).

Não é, naturalmente, o conceito de cultura que pode constituir um princípio delimitador; o que Raymond Williams verifica para o inglês – «'cultura' é uma das duas ou três mais complicadas palavras da língua inglesa» (Williams, 1976: 76) – aplica-se, seguramente, à generalidade das línguas¹⁶. De resto, no sentido que a expressão adquiriu, «estudos culturais» não significa simplesmente «estudos sobre a cultura» – o que é determinante para a definição é a específica perspectiva adoptada e a concomitante (re)construção do conceito de cultura. A questão da definição surge, aliás, em boa parte dos discursos dos *cultural studies*, como secundária; é nesse «vazio» que, para um sector dos seus defensores, reside, justamente, o essencial factor de produtividade, na medida em que sinaliza a necessidade de resistir à «pressão para fixar a crítica da cultura: para transformá-la em 'estudos', em método, em conteúdo, em conhecimento reproduzível, em cânone, em política ou num curriculum» (Chicago Cultural

¹⁵ Não por acaso, é recorrente em muitas das intervenções reunidas em Grossberg *et al.* (1992) a preocupação com os efeitos dessa dinâmica de institucionalização e a reflexão a respeito das consequências da nova centralidade alcançada pelos estudos culturais sobre a identidade do campo e a sua capacidade para tematizar as relações de poder.

¹⁶ «A muitas vezes observada e lastimada imprecisão do conceito de cultura é parte inalienável desse conceito» (Konersmann, 1996: 327).

Studies Group, 1992: 531). Mas também, por outro lado, não deixa, naturalmente, de se fazer sentir a inevitabilidade da definição. Fiquemos-nos com a delimitação proposta por Grossberg *et al.*:

Pode começar por dizer-se que os estudos culturais são um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, por, vezes, contradisciplinar que opera na tensão entre a tendência para adoptar uma concepção de cultura ampla, antropológica, e outra concepção mais estreitamente humanista. Diferentemente da antropologia tradicional, contudo, os estudos culturais nasceram de análises das modernas sociedades industriais. Eles são, por norma, interpretativos e avaliativos nas suas metodologias, mas, diferentemente do humanismo tradicional, rejeitam a identificação exclusiva da cultura com a alta cultura e argumentam que todas as formas de produção cultural têm de ser estudadas em relação com outras práticas culturais e com estruturas sociais e históricas. Os estudos culturais dedicam-se, assim, ao estudo de toda a panóplia das artes, crenças, instituições e práticas comunicativas de uma sociedade. (Grossberg *et al.*, 1992: 4)

A diversidade temática dos estudos culturais apresenta-se, assim, como virtualmente inesgotável. A amplitude que encontramos numa colectânea como *Cultural Studies*, organizada por Lawrence Grossberg, Cary Nelson e Paula Treichler em 1992 e hoje ainda uma referência fundamental, dá disso eloquente testemunho. Basta um relance pelos títulos dos vários subcapítulos: a história dos estudos culturais; diferença sexual e sexualidade; nação e identidade nacional; colonialismo e pós-colonialismo; raça e etnicidade; a cultura de massas e os seus públicos; a política de identidade; pedagogia; a política da estética; a cultura e as suas instituições; etnografia e estudos culturais; a política da disciplinaridade; discurso e textualidade; ciência, cultura e eco-sistema; reler a história; a cultura global numa era pós-moderna. A simples indicação dos temas, contudo, não chega, como vimos, para uma definição; determinante para a delimitação do conceito de estudos culturais é a perspectiva que, de acordo com Tony Bennett, é comum a todas as diferentes posições possíveis no campo: «o comprometimento com uma análise das práticas culturais do ponto de vista da sua imbricação com as relações de poder» (*apud* Grossberg *et al.*, 1992: 3). Trata-se, no fundo, da questão da política, inerente a uma prática que visa «fazer diferença no mundo» (Hall, 1992: 278). Isto é, de acordo com esta definição, os estudos culturais distin-

guem-se também, ou sobretudo, pela forma como, implícita ou explicitamente, colocam a questão da cidadania, através de uma atenção permanente à microfísica das relações de poder, no contexto da qual, outra coisa não seria de esperar, a referência a Foucault é omnipresente¹⁷.

Esta componente política da definição, sustentada por uma marcada intenção crítica, dificilmente poderá dizer-se, contudo, que possa aplicar-se a boa parte do que hoje se apresenta sob o rótulo triunfante dos «estudos culturais». Para a vaga desconstrutivista, cujo tremendo impacto nas universidades norte-americanas é conhecido, a noção de texto, e de texto literário em particular, servia como campo de demonstração da permanente deriva do sentido, numa dinâmica essencialmente indiferente ao contexto referencial. Os conceitos de disseminação e de *différance* que sustentam a desmontagem das hierarquias «logocêtricas» dizem respeito, no essencial, ao puro jogo da linguagem. Com os estudos culturais, por seu lado, regressa a preocupação contextual, regressa a história e a sociedade: a atenção ao «mundo real» constitui, de facto, uma verdadeira pedra de toque, traduzindo uma preocupação em muitos aspectos anti-teórica com o que é entendido como a realidade concreta das práticas¹⁸. Neste processo, que traduz o regresso do social e do político à análise cultural, salta à vista que o lugar ocupado nos primórdios dos estudos culturais britânicos pelo conceito de classe e pela perspectiva de classe do movimento operário como o ponto de apoio para levantar a questão da diferença pertence agora a outros «Outros», marginalizados pela política e pela cultura: a mulher, o negro, o homossexual, as minorias étnicas, as minorias em geral. A tradução disto num conceito de multiculturalismo e numa política de identidade traduz frequentemente um processo de reificação: o «outro» é essencializado, é encarado como uma realidade substancial e não como produto de uma construção inevitavelmente reflectora de uma relação ambivalente. Essa reificação, como

¹⁷ Num texto mais recente, é ainda e sempre a forma como colocam a questão do poder que constitui para Lawrence Grossberg a essencial diferença específica dos *cultural studies* (Grossberg, 1997)

¹⁸ «Porque o objecto do olhar (eu preferiria dizer da escuta) inicial dos estudos culturais não é nunca um *texto* isolado, mas sempre ele próprio um conjunto articulado de práticas — uma formação cultural, um regime discursivo — que inclui já tanto práticas discursivas como não-discursivas. Os estudos culturais são, assim, uma teoria/análise contextualmente específica do modo como os contextos se fazem, se desfazem e se refazem como estruturas de poder e de domínio.» (Grossberg, 1997)

tem insistido Gayatri Spivak, poderá bem corresponder à necessidade estratégica da conquista de visibilidade por parte de grupos sociais ou grupos étnicos marginalizados. Constitui, no entanto, um risco que não raro confere legitimidade à acusação de populismo, uma acusação que converge com as críticas à deriva do conceito de multiculturalismo no sentido da afirmação de identidades rígidas e estáticas (Meyer, 1997) e está igualmente atenta à coincidência com a lógica de um mercado que tende a valorizar cada vez mais a segmentação dos públicos e a rentabilizar a diferença. Do ponto de vista epistemológico, poderá dizer-se, em suma, que os *cultural studies* se tornam com demasiada frequência vítimas daquela «ilusão referencial» teorizada criticamente no contexto pós-estruturalista.

A consequência deste processo para o conceito de cultura está em que, paradoxalmente, ao mesmo tempo que pulverizam esse conceito, os estudos culturais dependem, para a sua própria definição, da universalização dele, enquanto garante da unidade de um campo díspar por natureza. Daqui resulta uma conjuntura muito problemática: se tudo é cultura, então o conceito torna-se puramente indiferenciado e suscita uma relação simplesmente afirmativa, tornando, no limite, quase irresistível para um olhar crítico a tentação de esgrimir de novo com o postulado de Adorno/Horkheimer na *Dialéctica do Iluminismo*, de acordo com o qual «falar de cultura foi sempre contra a cultura» (Adorno/Horkheimer, 1981: 118).

A essencial indiferença à questão do valor¹⁹ que, em vários aspectos, aproxima o campo dos estudos culturais de uma sociologia da cultura pós-moderna em que o alargamento sem limites do âmbito da análise vai de par com o tendencial esgotamento num fenomenologismo descritivista, arrasta consigo a perda da dimensão crítica²⁰. É legítima, assim, a interrogação sobre se o modelo de estudos culturais institucionalizado nos Estados Unidos – o modelo que surge, inevitavelmente, como horizonte de referência da discussão nos vários contextos nacionais sobre as vias de reorientação do campo das Humanidades – se mantém fiel à dimensão política e ética, que, como vimos, constituía um componente

¹⁹ Vale a pena meditar no comentário de John Frow : «Recusar a questão do valor não significa, porém, escapar a ela, e é nessa recusa que identifico alguns dos dilemas geradores dos estudos culturais.» (Frow, 1995: 1-2).

²⁰ «Uma teoria da reflexividade só se torna numa teoria crítica quando transfere a sua reflexão da experiência da vida quotidiana para o 'sistema'» (Lash, 1994: 140).

basilar da definição do campo ou se, pelo contrário, não tende a satisfazer-se numa relação afirmativa com o que em cada momento escolhe como objecto, deixando insinuar-se um viés conservador dificilmente compaginável com o programa de crítica ao(s) poder(es) que animou muitas das suas mais importantes contribuições²¹.

Esta questão, que, naturalmente, exigiria uma análise pormenorizada, vamos ter de deixá-la aqui de lado. O que mais em particular nos interessa é a sua articulação com o problema que constitui o nosso tema específico: a situação dos estudos literários numa fase de crucial redefinição e reorientação dos seus pressupostos disciplinares e do campo epistemológico em geral. Tanto mais que a relação de oposição com os estudos literários tem constituído desde o início um componente essencial da autodefinição dos estudos culturais²².

3. Estudos literários / estudos culturais

A importância para os estudos literários do emergir dos estudos culturais dificilmente pode ser sobrestimada. Ele representou, com efeito, um desafio que produziu mais do que benéficos efeitos desestabilizadores: contribuiu para forçar até às últimas consequências a crítica a um conceito ontológico de literatura; fez vacilar em definitivo uma visão estreita de cânone, ao defender, nomeadamente, a inclusão no campo de análise de todo o conjunto das práticas culturais associadas à «cultura de massas» e ao pôr em causa a «ansiedade de contaminação» herdada do modernismo; obrigou a pôr na ordem do dia a urgência de uma ampla abertura transdisciplinar²³; demonstrou os limites do paradigma filológico-hermenêutico, mesmo quando na forma de uma «filologia radical» (Witte, 1994). A produtividade de todos estes efeitos

²¹ Na discussão sobre este tema, tem assumido algum relevo a distinção entre os estudos culturais britânicos e norte-americanos. Como afirma o crítico cultural americano Michael Denning, «aquilo que, na sua origem britânica, era crítico e radical é, nos Estados Unidos, flácido e afirmativo» (Denning, 1994: 57). A mesma convicção é partilhada, entre outros, por Douglas Kellner, levado, por isso a propor uma espécie de regresso às origens fundamentado na tradição crítica que vê posta de lado por uns estudos culturais tornados em *mainstream* universitário (Kellner, 1999).

²² «Seja o que for que os estudos culturais sejam e façam, são-no e fazem-no em diferentes graus de contraste com os estudos literários.» (Bahti, 1997, 367).

²³ «Os estudos culturais não são apenas interdisciplinares, são muitas vezes [...] activa e agressivamente antidisciplinares» (Grossberg *et al.*, 1992: 2). Para alguns destes aspectos, cf. também Kushner, 1996.

e o alcance do seu contributo para a abertura do campo dos estudos literários não estão minimamente em causa. O que está em causa são os pressupostos e consequências da narrativa que se foi tornando dominante, de acordo com a qual os estudos culturais representariam o *telos* dos estudos literários e, assim, importariam, no fundo, a definitiva desagregação e superação destes enquanto campo disciplinar.

É esta orientação teleológica que domina o diagnóstico do «colapso dos estudos literários» traçado por Anthony Easthope no seu influente estudo de 1991, *Literary into Cultural Studies*, uma fórmula programática que conscientemente parafraseámos, no modo interrogativo, no nosso título. Com efeito, basta uma primeira leitura para detectar que o discurso crítico de Easthope leva a cabo uma operação de viés claramente polémico: o pólo negativo da argumentação, os estudos literários, surge submetido a um efeito de caricatura cuja função está em realçar a superioridade do paradigma cujo definitivo e aparentemente incontestado triunfo se afirma. É verdade que o autor não ignora alguns – mas apenas alguns – dos contributos que levaram a uma reformulação do campo dos estudos literários e está bem consciente de que está trabalhar apenas com tipos ideais (Easthope, 1991: 164). De qualquer modo, se tentarmos reconstruir a imagem dos estudos literários apresentada, podemos, sem preocupação de exaustividade, encontrar elementos como:

- A construção do objecto dos estudos literários pressupõe uma equação em que «a complexidade da vida é sintetizada com a unidade da arte, o domínio 'objectivo' e transcendente do cânone é sintetizado com a reacção mais íntima e interiormente 'subjectiva' do leitor, eliminando assim tacitamente a materialidade».
- «Os estudos literários descobrem no seu objecto a 'presença' de um autor individual: tantas obras quantos grandes autores, cada qual concebido como auto-criado, agindo por si, não-determinado, só fiel, em última análise, a *si próprio* e à *sua* imaginação».
- «Nos estudos literários, a obra individual junta-se ao cânone da tradição da alta cultura, encontrando aí o seu lugar como monumento no seio da unidade mais ampla do cânone inter-subjectivo.»

- «diacronicamente, [os estudos literários] procedem tanto quanto possível com base num 'programa fixo' [...], uma representação do passado histórico como uma ordem ideal, sempre já completa». Daqui decorre a ignorância em relação a tudo o que é contemporâneo.
- «A identidade dos estudos literários permanece, no tocante à questão da diferença sexual, tácita, mas esmagadoramente, masculina.»
- Os estudos literários privilegiam em absoluto o quadro de uma «cultura nacional».
- «Os estudos literários estabelecem o seu sujeito em relação com um *centro* ao qual esse sujeito tem acesso aparentemente sem mediação.»
- Os estudos literários representam um saber estritamente disciplinar.
- «A prática discursiva dos estudos literários reproduz maciçamente uma distinção categorial entre o académico e o comum, entre o filosófico e o quotidiano.»
- Os estudos literários baseiam-se numa posição que postula uma unidade essencial entre sujeito e objecto, entre autor/texto/leitor (Easthope, 1991: 166-176).

Não custa um grande esforço reconhecer que todos estes elementos – a unidade da obra de arte literária caucionada pela figura de um autor inteiramente descontextualizado, a tradição cultural como cânone inquestionado e o texto como monumento, o estar voltado para o passado, a dependência estrita de um conceito de «alta cultura», a elisão da diferença sexual, a exclusividade do quadro nacional, a ausência da categoria da mediação, a visão estritamente disciplinar, a separação em relação ao quotidiano e ao senso comum – todos estes elementos correspondem a uma versão dos estudos literários que hoje em dia está posta em causa, das mais diferentes formas, no interior da disciplina. Por muito que um ou vários destes aspectos possam continuar a caracterizar acertadamente práticas científicas ou pedagógicas mais ou menos correntes – justamente aquelas indiferentes à ironia desestabilizadora da teoria de que falámos acima –, a ver-

dade é que o estado de reflexão e de auto-reflexão da disciplina há muito que deixou para trás a situação descrita por Easthope. Todos os pressupostos enumerados são hoje inadequados para a delimitação de um consenso disciplinar; pelo contrário, pode bem dizer-se que esse consenso, hoje, está muito mais na crítica, de diferentes perspectivas, ao conjunto desses pressupostos. Uma crítica que, justamente, abrange, entre outros aspectos, a recusa de perspectivas rigidamente disciplinares, o abandono do quadro de uma «literatura nacional», a abertura para a problemática dos *media* e da cultura de massas, o esforço para a superação do modelo das duas (ou três) culturas, a ligação da reflexão epistemológica com a abertura de novas áreas de pesquisa e com a redefinição do seu objecto ou, em geral, a deslocação da ênfase da busca hermenêutica do sentido para a investigação das condições de produção do sentido.

É assim que, se o tipo de polémica representado por Easthope atinge de facto toda uma tradição de enquistamento disciplinar e de inércia epistemológica, nos anos noventa, perante um campo fundamente desestabilizado e aberto, ela representa, em boa parte, um esgrimir contra moinhos de vento, correndo o risco de se revelar, se não estéril, pelo menos irremediavelmente datada. Tentar fundar com semelhante linha de argumentação uma oposição irredutível alimentada por uma visão eufórica e mesmo heróica dos estudos culturais não parece, assim, a estratégia exigida pelas nossas necessidades presentes. Muito mais produtiva do que a construção de oposições em última análise artificiais seria a reflexão sobre um modelo cooperativo, isto é, um modelo capaz de enquadrar uma problemática comum sem, ao mesmo tempo, perder de vista o que constitui a especificidade das diferentes práticas. Isto é, em vez de conceber os estudos culturais como uma espécie de *melting pot* em que tudo se dilui num conceito de «cultura» em última análise insignificante, parece-nos muito mais produtivo encará-los, não como um discurso universal ou, muito menos, uma super-disciplina, mas como um discurso ou metadiscurso integrador, preocupado com o estabelecimento das condições do diálogo transdisciplinar e capaz de oferecer um quadro de relacionamento produtivo às diferentes áreas do conhecimento que o reconhecem como referência.²⁴ Dito de outro modo, ao assinalarem a necessidade de um pensa-

²⁴ Sobre este aspecto, veja-se, nomeadamente, Böhme, 1998.

mento transversal, os estudos culturais apontam para o caminho do indispensável repensar dessas áreas, mas não podem substituir-se simplesmente a ele.

Se a pós-modernidade veio pôr em causa a autonomia dos domínios instituídos pela modernidade (entre os quais a autonomia da esfera estética), só um «pós-modernismo de reacção» se satisfaz numa ilusória diluição das fronteiras. Um pensamento crítico, pelo contrário, é, por definição, um pensamento fronteiriço, exerce-se, não para além das fronteiras, mas *na* fronteira, isto é, mostra-se capaz de se situar nos espaços de articulação. Isto significa que o superar da obsessão disciplinar não tem que implicar o fim das disciplinas, implica, sim, que estas sejam capazes de pensar e de se pensarem, não, seguramente, nos termos de «competências» reservadas, mas de acordo com as exigências do tema ou do problema que especificamente constroem como objecto do conhecimento. Quer dizer: se os estudos literários devem ser capazes de convocar toda uma pluralidade de saberes – e, portanto, em certo sentido, constantemente são chamados a transcenderem-se a si próprios –, isso não implica que tenham de desaparecer enquanto área específica do conhecimento. Os discursos sobre os quais se exercem situam-se no entrosamento de um conjunto de outras práticas, discursivas e não-discursivas, circulam no interior de contextos institucionais determinados, são apropriados por mecanismos económicos em diferentes escalas. No entanto, por alguma razão são irredutíveis a qualquer dos níveis – da «economia» à «cultura»²⁵ – em que podem situar-se. E é justamente a procura dessa razão que incumbe aos estudos literários.

Como defende Hans-Ulrich Gumbrecht (1995), recorrendo ao argumento wittgensteiniano das «semelhanças de família», o abandono de uma definição substancial de «literatura» (ou, acrescente-se, de «literariedade»), inevitavelmente meta-histórica e transcultural, e, portanto, a consequente fluidez do «objecto», não implica que os estudos literários tenham que renunciar a uma identidade, a que é conferida pelo facto de incidirem sobre discursos que, reconhecidamente, apresentam essas semelhanças e exigem uma perspectiva adequada às suas específicas características.²⁶ Uma destas

²⁵ Sobre a distinção entre arte e cultura, veja-se, nomeadamente, Burger, 1996.

²⁶ A este respeito, ver também, entre outros, Barner, 1997.

características, que permite uma das delimitações possíveis do conceito de literatura, diz respeito à capacidade do discurso literário para gerar o seu próprio contexto, para transformar em matéria discursiva o que para outros discursos é simples referência exterior, em suma, para transformar os problemas «contextuais» em problemas imanentes, como já nos anos vinte a «poética sociológica» do «círculo de Bakhtine» tinha demonstrado com suficiente clareza²⁷. Isto é, a perspectiva dos estudos literários obriga, nomeadamente, a deslocar a preocupação contextual típica dos estudos culturais antes de mais para o interior do discurso²⁸.

Não se trata, assim, de regressar à exaltação das virtudes pedagógicas ou dos efeitos éticos da literatura (por muito que, como prova o regresso em força da Estética nos últimos anos²⁹, aquelas virtudes e estes efeitos continuem a constituir um problema merecedor do esforço da reflexão)³⁰ e, como terá ficado suficientemente claro, muito menos se trata de restaurar problemáticas definições de um objecto estável e fixo. Quando se afirma a identidade dos estudos literários (e, desse mesmo passo, se pressupõe a possibilidade de lhes atribuir um objecto), está-se muito simplesmente a identificá-los como o lugar de produção do discurso crítico capaz de formular as perguntas adequadas ao conhecimento específico dos discursos a que chamamos literários. Uma tal definição – não interpretativa, mas interpelativa – permite, justa-

²⁷ «[...] na literatura, o discurso é submetido a muito maiores exigências: uma parte importante daquilo que, na vida, ficava fora dos limites do enunciado, deve agora encontrar um representante verbal. Do ponto de vista objectual e pragmático, na obra poética não deve haver nada de inexprimido.» (Voloshinov, 1981: 200).

²⁸ Stephen Greenblatt, o «pai» do *New Historicism*, fundamenta com argumentos análogos a sua proposta de uma «poética da cultura»: «A análise cultural tem muito a aprender com uma escrupulosa análise formal de textos literários, porque esses textos não são simplesmente culturais por referência ao mundo que está para além deles próprios; são-no devidos aos valores e contextos sociais que absorveram com sucesso.» (Greenblatt, 1990: 227).

²⁹ A questão do regresso da Estética obrigaria a um tratamento à parte. Ele traduz, a nosso ver, a procura de uma perspectiva integradora e de um espaço de articulação que, ao mesmo tempo, não seja indiferente à questão do valor e não sancione a simples diluição da esfera da arte no universo indiferenciado da «cultura». Na sua faceta mais promissora, trata-se, evidentemente, de uma teoria estética que, como adverte Karl Heinz Bohrer, «tem de marcar uma distância intransigente em relação ao aparelho conceptual universalista da filosofia da arte tradicional» (Bohrer, 1994: 7). Para uma significativa reflexão sobre a relação entre Estética e *cultural studies*, veja-se Hunter, 1992.

³⁰ Uma reflexão que, evidentemente, só fará sentido se se demarcar das respostas convencionais, como as do quase sempre patético humanismo conservador representado nos EUA pela «Association of Literary Critics and Scholars».

mente, pensar o espaço da articulação que delimita o conceito do literário. Como escreve Silvina Rodrigues Lopes, na que é, sem dúvida, a mais monumental reflexão teórico-literária surgida entre nós nos últimos vinte anos:

O literário só existe com o não-literário, é inseparável dele. O problema da legitimação em literatura diz então acima de tudo respeito ao facto de toda a relação com um texto literário ser sempre também uma relação com essa separação fundadora. [...] Se o literário não existe em si, como tal, é porque é preciso sempre outra palavra que o diga. (Lopes, 1994: 476)³¹

Com uma definição como esta, regressamos à delimitação do objecto dos estudos literários como um objecto de fronteira. E é justamente a metáfora da fronteira que serve a Bakhtine para uma definição de cultura que poderá servir de transição para a parte final da nossa reflexão:

Não deveria conceber-se o domínio da cultura como um todo espacial, que é delimitado por fronteiras, mas dispõe também de um território próprio. No domínio da cultura, não existe um território interior: ele situa-se inteiramente nas fronteiras, por toda a parte, por cada um dos seus elementos, há fronteiras a passar [...]. Todo o acto cultural vive, no essencial, nas fronteiras. (Bakhtine, 1979: 111)

De uma outra perspectiva, que põe particularmente em relevo a ambiguidade inerente ao conceito de articulação, é essa mesma instabilidade de uma definição não-territorial de cultura que ressalta da formulação de Stuart Hall:

Há sempre alguma coisa de descentrado no tocante ao medium da cultura, no tocante à linguagem, à textualidade e à significação, que foge e escapa sempre às tentativas para o ligar, directa e imediatamente, a outras estruturas. E, contudo, ao mesmo tempo, a sombra, a marca, o rasto, dessas outras formações, da intertextualidade dos textos nas suas posições institucionais, dos textos como fontes de poder, da textualidade como um lugar de representação e de resistência, todas estas questões não podem nunca ser apagadas dos estudos culturais. [...] A cultura há-de sempre funcionar através das suas textualidades – e, ao mesmo tempo, [...] a textualidade não é suficiente. (Hall, 1992: 284)

³¹ Outra coisa não formula, no fundo, Adorno, num passo clássico da *Teoria estética* sobre a relação entre a arte e a sua teoria: «O seu objecto [da estética] define-se como indeterminável, negativo. Por isso a arte necessita da filosofia, que a interpreta para dizer o que não é capaz de dizer, quando isso só pela arte pode ser dito, ao não dizê-lo.» (Adorno, 1981: 113).

O conceito de descentramento, testemunho do carácter «fugidio» – ou, por outras palavras, da dimensão não-comunicativa de uma cultura entendida numa dimensão não-afirmativa –, evidencia uma óbvia ligação com uma concepção dos estudos literários como a que atrás defendemos³². Desta perspectiva, os riscos de institucionalização de uns estudos culturais presos à postulada positividade do seu objecto são evitados pela atenção à dinâmica inerente à linguagem, à textualidade e à significação – uma atenção cujo lugar por excelência são os estudos literários. Longe de se diluírem ou de se limitarem ao papel de simples alínea condenada ao desaparecimento no *mare magnum* da cultura, eles recuperam, assim, uma função essencial, como «má consciência» ou como correctivo crítico de uma lógica de indiferenciação. Na resposta à interrogação de Herbert Schnädelbach sobre se uma cultura alheia à ideia de crítica não seria justamente «a barbárie da qual busca constantemente demarcar-se» (1996: 311), os estudos literários têm, assim, uma palavra importante a dizer.

É a partir da relação de porosidade entre os diferentes campos – a condição necessária para o multiperspectivismo de um «conhecimento fractal» (Hassauer, 1992: 63) – que poderão criar-se as condições para a aquisição da «cidadania culta» reclamada como o mais elementar objectivo estratégico dos *cultural studies* (Nelson/Gaonkar, 1996: 18). De facto, como tem o cuidado de especificar Stuart Hall, «a textualidade não é suficiente». Mas daqui até à afirmação da superioridade de um paradigma anti-textualista como o que, a fazermos fé em L. Grossberg (1997), é hoje dominante nos estudos culturais, vai uma diferença muito substancial. É justamente com a tradição textualista (associada a nomes incontornáveis como o de Raymond Williams) que essa versão dominante condena hoje a um estatuto residual que os estudos literários mais directamente estão em condições de dialogar. Mas a condição desse diálogo, por parte dos estudos

³² Tenha-se presente, a propósito, o aforismo de Adorno: «Qualquer escritor facilmente comprovará que quanto mais precisa, conscienciosa e apropriadamente nos exprimimos, mais o resultado literário é considerado dificilmente compreensível, ao passo que basta começarmos a formular de modo negligente e irresponsável para sermos premiados com uma certa compreensão. [...] As pessoas só consideram compreensível aquilo que não chega a exigir-lhes compreensão.» (Adorno, 1997: 179-180).

Na sua formulação mais radical, o problema é expresso por K. H. Bohrer do seguinte modo: «[Os estudos literários] terão de declarar a dimensão não-comunicativa como princípio perante a banalidade do que lhes é exigido ou então será de toda a justiça que desapareçam.» (Bohrer, 1997: 184).

culturais, é a recusa de pretensões universalistas e, pelo contrário, a afirmação de um multiperspectivismo capaz de reflectir em cada momento a especificidade das práticas que toma por objecto. Uma das consequências directas desse multiperspectivismo é a aquisição de uma tolerância discursiva que, sem deixar de manter vivo o espaço do diferendo, rejeita, do mesmo passo, lógicas de demarcação ou de exclusão ditadas apenas pelo posicionamento táctico na frente de umas quaisquer «culture wars» (Graff, 1992).

Não tem sido muito viva entre nós a reflexão sobre a situação epistemológica das Ciências Sociais e das Humanidades e, concomitantemente, não têm sido muitos os ecos da discussão de que acima esboçámos os contornos fundamentais. São, de facto, por norma bastante escassas no nosso contexto as tentativas relevantes de trazer à discussão – à discussão académica, mas, do mesmo passo, à ponderação pública – o sentido, potencialidades e limites dos contextos paradigmáticos em cada momento vigentes. Daqui resulta um dos aspectos sem dúvida mais perturbadores da vida intelectual portuguesa: a forma como as transições de paradigma ou, simplesmente, a adopção deste ou daquele modelo teórico ou metodológico se vão fazendo de acordo com uma lógica indiscutida frequentemente próxima da lógica da moda. Entre a rigidez das tradições disciplinares e das rotinas académicas e a revolta inconsequente do senso comum como por vezes aflora em polémicas jornalísticas há, contudo, um espaço que, apesar de tudo, de modo nenhum tem estado por ocupar. Mas isso seria pretexto para um inventário crítico que terá de ficar reservado para um estudo posterior.

Referências Bibliográficas

- Adorno, Theodor W. 1981 *Ästhetische Theorie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Adorno, Theodor W. 1997 «Dois fragmentos de *Minima Moralia*», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 47, 179-182.
- Adorno, Theodor W.; 1981 *Dialektik der Aufklärung. Philosophische Fragmente*. Frankfurt am Main: Fischer.
- Horkheimer, Max
- Álvares, Maria 1997 *Que saudades que eu já tinha da minha alegre casinha... Das humanidades na nova universidade*. Braga: APPACDM.
- Cristina; Diogo, Américo
- António Lindeza
- Bachmann-Medick, 1996 *Kultur als Text. Die anthropologische Wende in der Literaturwissenschaft*. Frankfurt am Main: Fischer.
- Doris (org.)
- Bahti, Timothy 1997 «Anacoluton: On Cultural Studies», *Modern Language Notes*, 112(3), 366-384.
- Bakhtine, M. M. 1979 «Das Problem von Inhalt, Material und Form im Wortkunstschaffen», in M. M. Bakhtine, *Die Ästhetik des Wortes* (org. Rainer Grübel). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 95-153.
- Barner, Wilfried 1997 «Kommt der Literaturwissenschaft ihr Gegenstand abhanden? Vorüberlegungen zu einer Diskussion», *Jahrbuch der Deutschen Schiller-Gesellschaft*, 41, 1-8.
- Böhme, Hartmut 1998 «Zur Gegenstandsfrage der Germanistik und Kulturwissenschaft», *Jahrbuch der Deutschen Schiller-Gesellschaft*, 42 (citado a partir de <http://www.culture.hu-berlin.de/HB/texte/essay.html>).
- Bohrer, Karl Heinz 1994 *Das absolute Präsens. Die Semantik ästhetischer Zeit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Bohrer, Karl Heinz 1997 «P.S. (III)», *Merkur*, 575, 183-184.
- Burger, Rudolf 1996 *Kultur ist keine Kunst*. Wien: Hochschule für Angewandte Kunst.
- Chicago Cultural Studies Group 1992 «Critical Multiculturalism», *Critical Inquiry*, 18(3), 530-555.
- Compagnon, Antoine 1998 *Le démon de la théorie. Littérature et sens commun*. Paris: Seuil.
- Denning, Michael 1994 «Cultural Studies and the Thought Police», in Isabel Caldeira (org.), *O cânone nos Estudos Anglo-Americanos*. Coimbra: Minerva, 45-63.
- Dominguez, Virginia R. 1996 «Disciplining Anthropology», in Nelson/ Gaonkar (1996).
- Easthope, Antony 1991 *Literary into Cultural Studies*. London/New York: Routledge.
- Fohrmann, Jürgen 1995 «Selbstreflexion der Literaturwissenschaft», in Jürgen Fohrmann / Harro Müller (orgs.), *Literaturwissenschaft*. München: Fink, 157-177.
- Frow, John 1995 *Cultural Studies and Cultural Value*. Oxford: Oxford UP.
- Frühwald, Wolfgang 1991 *Geisteswissenschaften Heute. Eine Denkschrift*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Graff, Gerald 1992 *Beyond the Culture Wars: How Teaching the Conflicts Can*

- Revitalize American Education*. New York/London: W. W. Norton.
- Greenblatt, Stephen 1990 «Culture», in Frank Lentricchia / Thomas McLaughlin, *Critical Terms for Literary Study*. Chicago: The University of Chicago Press, 225-232.
- Grossberg, Lawrence 1997 «Cultural Studies, Globalization and the Logic of Negativity», comunicação ao colóquio "The Contemporary Study of Culture", Viena, 4-6 de Dezembro de 1997 (tiposcripto). *Cultural Studies*. New York/London: Routledge.
- Grossberg, Lawrence *et al.* 1992
- Gumbrecht, Hans-Ulrich 1995 «The Future of Literary Studies?», *New Literary History*, 26(3), 499-518.
- Hall, Stuart 1992 «Cultural Studies and its Theoretical Legacies», in Grossberg *et al.* (1992), 277-294.
- Hartmann, Geoffrey 1979 «A Short History of Practical Criticism», *New Literary History*, 10(3), 495-509.
- Hassauer, Friederike 1992 *Textverluste. Eine Streitschrift*. München: Fink.
- Hunter, Ian 1992 «Aesthetics and Cultural Studies», in Grossberg *et al.* (1992), 347-372.
- Kellner, Douglas 1999 «The Frankfurt School and British Cultural Studies: The Mised Articulation», *Illuminations* (<http://www.uta.edu/huma/illuminations/kell16.htm>).
- Konersmann, Ralf 1996 «Kultur als Metapher», in R. Konersmann (org.), *Kulturphilosophie*. Leipzig: Reclam, 327-354.
- Kushner, Eva 1996 «Études littéraires, études culturelles: soeurs jumelles ou frères ennemis?», in Margarida L. Losa *et al.* (orgs.), *Literatura comparada: os novos paradigmas*. Porto: Associação Portuguesa de Literatura Comparada, 393-401.
- Lash, Scott 1994 «Reflexivity and Its Doubles: Structure, Aesthetics, Community», in Ulrich Beck *et al.*, *Reflexive Modernization. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*. London: Polity Press, 110-173.
- Lepenes, Wolf 1985 *Die drei Kulturen. Soziologie zwischen Literatur und Wissenschaft*. München: Hanser.
- Lepenes, Wolf 1992 *Aufstieg und Fall der Intellektuellen in Europa*. Frankfurt am Main: Campus.
- Long, Elisabeth 1997 *From Sociology to Cultural Studies*. London: Blackwells.
- Lopes, 1994 *A legitimação em literatura*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Silvina Rodrigues
- McRobbie, Angela 1992 «Post-Marxism and Cultural Studies: A Post-script», in Grossberg *et al.* (1992), 719-730.
- Meyer, Thomas 1997 *Identitäts-Wahn. Die Politisierung des kulturellen Unterschieds*. Berlin: Aufbau.
- Nelson, Cary; 1996 *Disciplinaryity and Dissent in Cultural Studies*. New York/London: Routledge.
- Gaonkar, Dilip Parameshwar
- Rasch, William 1996 «The Latest Contest of the Faculties: On the Necessary Antagonism between Theory and Culture Studies», *The German Quarterly*, 69(4), 367-380.

- Ribeiro, 1996 «Germanistik im Fin de Siècle: einige Randglossen», *Runa. Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos*, 26, 919-927.
- António Sousa Santos, 1995 *Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York/London: Routledge.
- Boaventura de Sousa Santos, Maria Irene 1983 «A 'vocalção' das Faculdades de Letras e a 'formação psicopedagógica' de professores», *Biblos*, 59, 41-48.
- Ramalho de Sousa *et al.* Schnädelbach, 1996 «Plädoyer für eine kritische Kulturphilosophie», in R. Konersmann (org.), *Kulturphilosophie*. Leipzig: Reclam, 307-326.
- Herbert Sprinker, Michael 1997 «We Lost it at the Movies», *Modern Language Notes*, 112(3), 385-399.
- Steiner, Peter 1984 *Russian Formalism. A Metapoetics*. Ithaca/London: Cornell UP.
- Voloshinov, V. N. 1981 «Le discours dans la vie et le discours dans la poésie. Contribution à une poétique sociologique», in Tzvetan Todorov, *Mikhail Bakhtine. Le principe dialogique suivi de Écrits du cercle de Bakhtine*. Paris: Seuil, 181-215.
- Wallerstein, 1991 *Unthinking Social Science. The Limits of Nineteenth Century Paradigms*. London: Polity Press.
- Immanuel Wegmann, Nikolaus 1991 «Philologische Selbstreflexion. Die Frage nach der disziplinären Einheit», in Jürgen Fohrmann / Wilhelm Voßkamp (orgs.), *Wissenschaft und Nation. Zur Entstehungsgeschichte der deutschen Literaturwissenschaft*. München: Fink.
- Wiggershaus, Rolf 1986 *Die Frankfurter Schule. Geschichte, theoretische Entwicklung, politische Bedeutung*. München: Hanser.
- Williams, Raymond 1976 *Keywords. A Vocabulary of Culture and Society*. London: Fontana.
- Witte, Bernd 1994 «[...] daß gepflegt werde / Der feste Buchstab, und Bestehendes gut / gedeutet. Über die Aufgaben der Literaturwissenschaft», in Ludwig Jäger / Bernd Switalla (orgs.), *Germanistik in der Mediengesellschaft*. München: Fink, 111-131.
- Wright, Handel K. 1998 «Dare We De-Centre Birmingham?: Troubling the 'Origin' and Trajectories of Cultural Studies», *European Journal of Cultural Studies*, 1(1).
- Zima, Peter V. 1992 *Komparatistik. Einführung in die Vergleichende Literaturwissenschaft*. Tübingen: Francke.